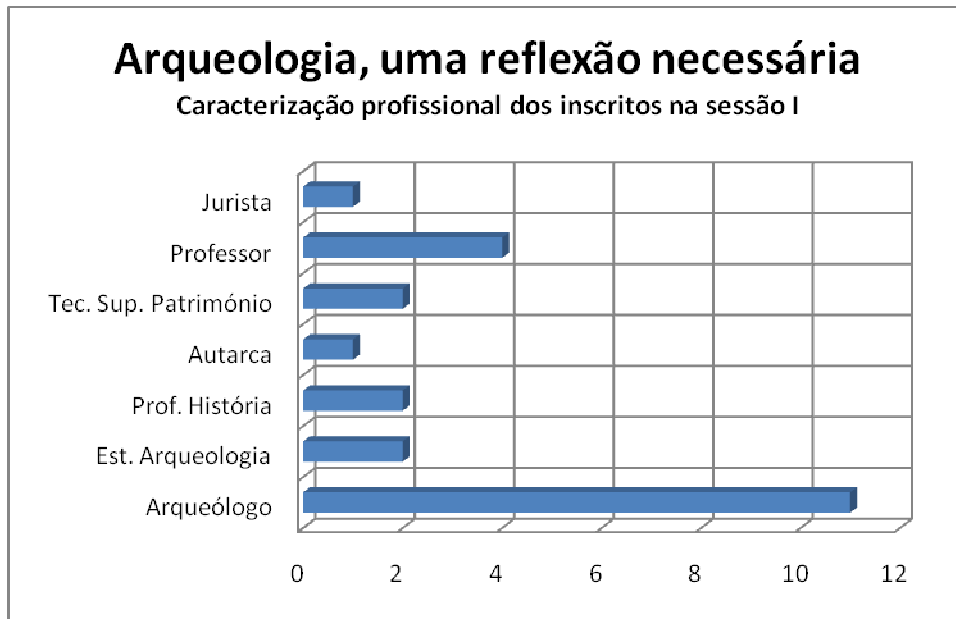


Balanço da Sessão – Instituições Públicas e Arqueologia – do Ciclo de Conferências “Arqueologia, uma reflexão necessária”

A primeira sessão teve um nível de participação, bastante razoável, tendo em conta a especificidade dos temas tratados.

O público inscrito antecipadamente, repartia-se em percentagens quase equivalentes, entre arqueólogos e não arqueólogos.



1

Gráfico 1: Caracterização profissional dos participantes inscritos previamente na sessão Instituições Públicas e Arqueologia. Destaque-se a presença entre uns inscritos de um autarca (Presidente de Junta) e um jurista, públicos que, à partida não estariam muito sensibilizados para a temática.

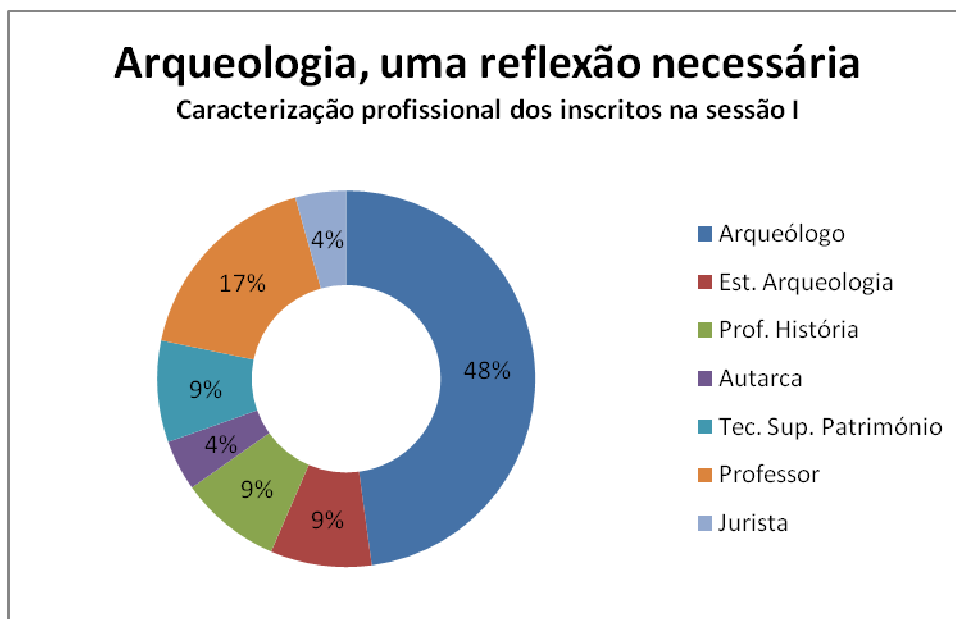


Gráfico 2: Percentagem de inscrições por actividade profissional. Verifica-se que se inscreveram mais Arqueólogos, numa percentagem que atingiu quase os 50%, seguidos pelos Professores, de áreas que não são relativas à História. Um terceiro grupo abrange os Técnicos de Património, os Estudantes de Arqueologia e os Professores de História.

O público presente não foi exactamente o mesmo que fez a inscrição prévia tendo-se verificado algumas ausências, compensadas pelas presenças de outras pessoas, sem que as percentagens atrás referidas se tenham alterado significativamente, embora seja possível constatar o alargamento do espectro profissional das pessoas que realmente participaram nesta sessão.



Gráfico 3: No dia da conferência verificou-se que o espectro profissional era mais alargado, do que as inscrições faziam supor.

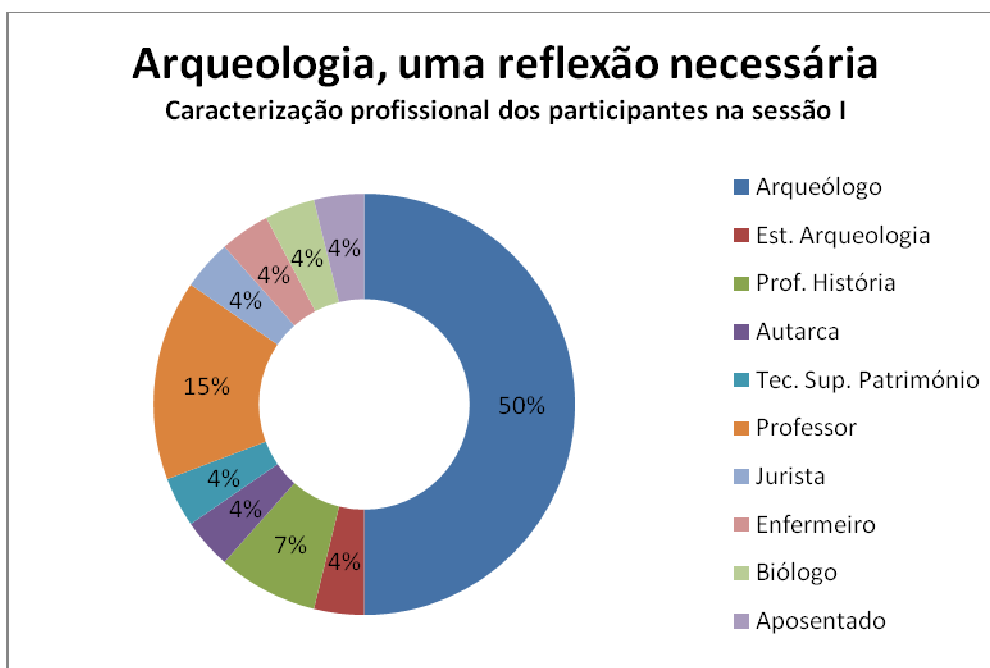


Gráfico 4: Em termos percentuais as participações na sessão mostram que o grupo profissional com maior presença foi o dos arqueólogos, seguido pelos professores. Os restantes grupos presentes, alguns deles, que demonstram um interesse por esta temática que extravasa a actividade profissional, acabam por representar, individualmente, percentagens relativamente baixas.

As sessões da manhã e tarde tiveram, deste modo uma plateia sensivelmente idêntica em termos de quantidade de assistentes, embora com alguma variação na sua composição.

Houve pessoas que só estiveram numa das sessões, embora a maioria dos assistentes tenha permanecido durante o dia.

Após a sessão de abertura, que serviu para a assinatura do Protocolo com o Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, teve início a sessão da manhã.

A primeira intervenção, por parte do Dr. Fernando Real, procurou fazer um enquadramento dos vários modelos de tutela da arqueologia, desde finais do século XIX, repescando as ideias de Estácio da Veiga, que terá sido a primeira pessoa a apresentar uma proposta de organização da actividade arqueológica, sistematizando o que deveria ser o papel do poder central e local. A sua proposta incluía ainda a criação de um museu nacional de arqueologia e seis museus de carácter regional para garantir alguma proximidade aos locais de proveniência dos achados.

Ainda que não tenha sido posta em prática a proposta de Estácio da Veiga, acabou por desbravar algum caminho no sentido se criarem instituições capazes de regulamentarem a actividade arqueológica.

A primeira metade do século XX caracterizou-se pela criação de organismos como a DGEMN, que executavam intervenções no património edificado, assumindo pontualmente a realização dos trabalhos arqueológicos.

Na maior parte dos casos, no entanto, as instituições criadas como a Comissão de Belas Artes e Arqueologia, ou os Delegados da Junta de Educação eram ocupados por pessoas que não exerciam as funções a tempo inteiro, pelo que a sua intervenção no terreno dependia da sua boa vontade e dos relatos que lhes eram remetidos, por pessoas que faziam achados de materiais antigos, citando o exemplo de Tongóbriga como um dos sítios identificados e protegidos neste contexto.

A estrutura organizativa manteve-se quase inalterada até 1974.

A segunda metade da década de setenta vê o aparecimento de novas instituições com funções de tutela sobre a actividade arqueológica, que culminam na criação do IPPC, em 1980 (Decreto Regulamentar 34/80, de 2 de Agosto).

Este instituto criará um conjunto de equipas descentralizadas com o propósito de fazerem o acompanhamento mais próximo das intervenções no património e na paisagem que podiam por em risco o património arqueológico conhecido e revelar novos sítios arqueológicos (Decreto-Lei 430/80, de 26 de Setembro).

Ao longo das décadas de 80 e 90 esse modelo de uma maior proximidade e profissionalização foi sofrendo alterações que culminaram com a extinção do IPPC e criação em 1992 do IPPAR, que detinha competências apenas sobre o património edificado e arqueológico.

Durante esse processo tinham sido criados outros institutos com funções específicas – bibliotecas, arquivos, museus – que tinham vindo a esvaziar o IPPC de competências, por se considerar que a sua estrutura orgânica se tinha tornado demasiado grande, para permitir uma intervenção eficaz.

A intervenção do Dr. Fernando Real terminou, referindo a autonomização da tutela arqueológica com a criação do IPA, que coexistiu desde 1997 com o IPPAR, que em teoria deveria ficar apenas com a tutela dos sítios edificados e classificados, mas que na prática implicou algumas sobreposições de competências.

A segunda intervenção coube ao Eng. Monge Soares, antigo subdirector do IPA, que centrou a sua exposição na apresentação orgânica do instituto, valorizando o facto de, este se ter constituído em 3 direcções de serviço, chefiadas por arqueólogos, e pelas 10 extensões territoriais criadas para acompanhar de perto os trabalhos arqueológicos realizados e prevenir a destruição do património.

Destacou o papel da conservação pelo registo como a forma encontrada para compatibilizar as intervenções arqueológicas e os trabalhos que implicam o revolvimento dos solos.

Do mesmo modo salientou a importância que Instituto dedicou à criação de canais de contacto com os Municípios, e outras instituições para garantir uma maior celeridade de actuação sempre que se verificava uma situação de ameaça para o património arqueológico.

Referiu ainda que os Municípios tinham na perspectiva do IPA, um papel fundamental, nessa acção de gestão e preservação do património arqueológico por serem as entidades mais próximas das populações, com um melhor conhecimento do terreno e, que mais rapidamente poderiam actuar desde que estivessem dotadas de um serviço de arqueologia.

Revelou que o IPA, apesar de na legislação, estar indicado como entidade receptora dos espólios arqueológicos a postura do instituto foi sempre a de considerar que esse depósito seria transitório, devendo ser encaminhado para um museu de arqueologia, da área geográfica correspondente.

Aflorou ainda as dificuldades que a direcção a que pertenceu sentiu no preenchimento dos quadros do Instituto e que contribuíram, na sua opinião para que o mesmo se tornasse no elo mais fraco da reestruturação levada a cabo no Ministério da Cultura. Salientou ainda que outro dos aspectos negativos da experiência do IPA foram os conflitos decorrentes da sobreposição de competências com o IPPAR no que dizia respeito à gestão dos sítios arqueológicos classificados.

A última intervenção deste painel pertenceu ao actual Subdirector do IGESPAR, com a responsabilidade sobre a Arqueologia, Professor João Pedro da Cunha Ribeiro.

Fruto das responsabilidades que decorrem do cargo que ocupa, esta era certamente a intervenção mais esperada pelos arqueólogos presentes na sala.

O Professor João Pedro Ribeiro salientou que ocupava o cargo actual pensando a arqueologia do ponto de vista da sociedade, o que significava que entendia que devia gerir os recursos

disponíveis com parcimónia, no quadro da reorganização estrutural do Ministério da Cultura, com a qual concordava.

Essa perspectiva leva-o a pensar que um menor estado podia ser um melhor estado, desde que a gestão dos recursos se faça sem desperdícios.

Salientou que as transições estão por norma associadas a alguma turbulência e que a criação do IGESPAR, não tinha sido uma excepção a esta situação, mas que acreditava que tal situação seria rapidamente ultrapassada.

Apresentou como grande preocupações da sua actuação enquanto subdirector do IGESPAR a preservação da valência arqueológica no novo instituto, que se traduzia em 4 temas de maior importância: a questão das instalações, da contratação dos avançados, a construção do museu do Côa e, a garantia da permanência das valências das arqueociências no instituto. Este último ponto estará, em princípio garantido com a criação de uma Divisão na Orgânica do IGESPAR.

Aflorou o problema das publicações, entretanto suspensas por falta de verbas e anunciou que poderá ser retomado o modelo da *Informação Arqueológica (antiga publicação periódica do IPPC)*, para que todos os trabalhos realizados no território nacional sejam publicados, ainda que de forma sumária. Esta publicação será feita, apenas em suporte digital para ser economicamente viável.

Como perspectiva de futuro deixou a sua convicção de que a tutela sobre a arqueologia será cada vez mais regionalizada e, eventualmente, municipalizada, mas que na sua opinião a regulação da actividade, a prática normativa, o arquivo arqueológico e os laboratórios deverão manter-se na tutela do poder central.

Após as intervenções o debate foi bastante vivo, com a participação do público a levantar um conjunto de questões que se prendem com a necessidade de uma maior fiscalização da tutela sobre os trabalhos arqueológicos, a necessidade de haver um espaço para a publicação dos trabalhos desenvolvidos e a necessidade de eliminar a duplicação e sobreposição de competências.

Esse debate tornou-se mais acessível entre o Eng. Monge Soares e o Professor João Pedro Ribeiro, que discutiram as causas do fim do IPA e a aparente falta de aproveitamento dessa experiência no quadro do novo instituto, visto que alguns dos problemas, de sobreposição de competências e de precariedade dos técnicos se mantiveram sem alteração, na opinião do primeiro.

Na sessão da tarde as intervenções foram igualmente, interessantes, e mais abrangentes, dado que tratavam de casos concretos, e apresentavam exemplos de trabalhos desenvolvidos por várias autarquias.

A primeira intervenção pertenceu ao Dr. António Manuel Silva, arqueólogo do Gabinete de Arqueologia Urbana da CM Porto, mas que tem em simultâneo desenvolvido trabalhos para a CM de Arouca, no âmbito de uma associação local.

Começou por referir que o património arqueológico tem um papel identitário é um recurso das comunidades e pode ser um instrumento de promoção cultural.

Salientou que o património arqueológico é finito e insubstituível e carrega sempre uma dose de imprevisibilidade, que pode surpreender os diversos agentes que interagem com eles, mas que de acordo com a Lei do Património, os bens provenientes de trabalhos arqueológicos, são automaticamente Património Nacional.

Passou então a analisar o papel dos municípios face à arqueologia, que terá como fulcro a gestão da informação e se poderá decompor em acções de salvaguarda, estudo e valorização.

Referiu que a salvaguarda tem sido uma preocupação prioritária, tanto no caso do Porto como de Arouca, utilizando-se para esse fim a carta arqueológica que integra o PDM e as disposições regulamentares do mesmo. Devido à especificidade do Porto, por ser um concelho urbano, onde a realização de uma carta arqueológica não é viável apresentou o modelo de carta de potencial arqueológico que tem por base os imóveis classificados, e os locais para os quais existem referências históricas que indiciam a existência de sítios arqueológicos.

Apresentou um esquema com a metodologia de avaliação arqueológica utilizada no GAU-CM Porto, que tem permitido normalizar procedimentos, garantir padrões de qualidade nas intervenções e a centralização da informação. Destacou o papel que assume a elaboração de um caderno de encargos pelo GAU, no caso das obras particulares, permitindo, assim, aos promotores terem uma ferramenta que lhes permite compararem as propostas das empresas que contactarem para solicitar orçamentos.

Destacou que esta forma de actuação do GAU tem permitido mudar as mentalidades que viam na arqueologia com um obstáculo ao desenvolvimento urbano, sendo hoje mais fácil o convívio entre as duas realidades.

Apresentou como exemplo de salvaguarda em Arouca, a notificação dos proprietários de terrenos onde se detectaram sítios arqueológicos, com o intuito de que os mesmos contactem a Câmara sempre que pretendam realizar trabalhos que impliquem a movimentação dos solos.

Conclui a intervenção focando quatro aspectos que lhe parecem fundamentais na salvaguarda do património arqueológico: o compromisso e empenhamento político para dotar os Municípios dos Recursos necessários à prática arqueológica; o recurso a pessoal técnico especializado; desenvolvimento de acções de estudo e valorização e, por último a criação de programas educativos para sensibilizarem a população para a defesa do património arqueológico.

A segunda intervenção do Dr. Paulo Costa Pinto, da CM Vila do Conde começou por apresentar uma caracterização sumária do panorama arqueológico conhecido no concelho, que inclui unidades de arqueologia industrial, e o total de área condicionada pela pelos sítios arqueológicos conhecidos.

Fez um enquadramento à sua entrada ao serviço da CM Vila do Conde, que teve como objectivo a colaboração na elaboração do PDM, mas sem que os responsáveis autárquicos tivessem uma real consciência do papel social do arqueólogo.

Abordou, de seguida, a primeira intervenção de grandes dimensões desenvolvida pelo gabinete de arqueologia no Castro de S. Paio, que serviu para demonstrar a necessidade da existência de uma equipa capaz de assegurar esse tipo de intervenções, que se traduziu na existência actualmente de um quadro de pessoal para o Gabinete de Arqueologia de 2 arqueólogos, 2 técnicos de conservação, 2 assistentes de arqueólogo e 2 operários de arqueologia, lugares preenchidos quase na totalidade.

Acrescentou que apesar desta estrutura profissionalizada, só é possível manter minimamente conservados e visitáveis os sítios conhecidos e intervencionados, graças a uma associação que agrega quase duas centenas de voluntários que se encarregam dos trabalhos de limpeza dos sítios sob a orientação dos técnicos do Gabinete.

Abordou depois o papel da divulgação do património arqueológico que considerou fundamental, para tornar menos opaco o património arqueológico, a acções dos arqueólogos e criar uma base social de apoio que defenda a preservação patrimonial.

Poderia descrever um círculo virtuoso que a divulgação impulsionaria, garantindo um aumento dos recursos técnicos e humanos o que proporciona um melhor trabalho, garantindo, por sua vez, que a divulgação é mais clara e objectiva o que reiniciaria o círculo.

Conclui enfatizando as duas dimensões da utilidade social do trabalho arqueológico, por um lado a valorização cultural, que garante a compreensão da identidade social e, por outro, a valorização económica que pode rentabilizar a preservação dos sítios através do turismo.

O último conferencista o Dr. Francisco Faure da CM Guimarães, iniciou a intervenção caracterizando o concelho do ponto de vista da actividade arqueológica.

7

Apresentou, de seguida, as potenciais vantagens da cidade de Guimarães para o trabalho arqueológico: o factor simbólico do “berço de Portugal”, a classificação do centro histórico como património Mundial e o espólio de Martins Sarmento. Como contraponto apresentou aspectos que dificultam a realização do trabalho arqueológico, nomeadamente alguma aversão à arqueologia em resultado de intervenções de escavações que tinham sido problemáticas pela duração e impacto na vida da população, o facto da classificação como Património Mundial não ser vista como um resultado da história da cidade mas antes do trabalho da equipa envolvida no processo de candidatura e, por último, a dificuldade em aceitar que a arqueologia possa ter que entrar na propriedade de cada um.

Reflectiu em seguida sobre a necessidade de um enquadramento claro do arqueólogo na estrutura orgânica do Município dando como exemplo facto de estar integrado na Divisão de Estudos e Projectos, mas estar essencialmente a colaborar com a Divisão de Planeamento Urbanístico, no âmbito do PDM.

Abordou as prioridades de investigação que tentou estabelecer para a actuação do gabinete de arqueologia que passavam pela preparação de acções de investigação, o apoio a intervenções externas, a participação no processo de licenciamento das obras, a compilação da informação, garantir o depósito do espólio arqueológico e a divulgação dos trabalhos.

Em jeito de balanço referiu que a participação no processo de licenciamento, a recepção da informação resultante das intervenções realizadas por entidades externas ao Município e a existência de um depósito para os espólios arqueológicos, estavam ainda longe de se concretizarem.

Chamou a atenção para a necessidade de evitar que os profissionais a trabalhar numa autarquia prestem serviço a entidades externas à Câmara por isso se revelar pernicioso na relação que se estabelece com as entidades promotoras dos trabalhos, além de tender a menorizar o papel do arqueólogo.

Concluídas as intervenções, o debate decorreu com tranquilidade registando-se várias intervenções que visaram sobretudo o esclarecimento, de aspectos afluídos nas diversas intervenções, nomeadamente sobre o processo de notificação dos proprietários desenvolvido em Arouca, as fórmulas de divulgação utilizadas em Vila do Conde e uma Intervenção do Sr. Presidente da Câmara referindo as competências cada vez mais alargadas dos Municípios no que à cultura diz respeito, com as implicações que isso acarreta na atribuição de recursos humanos, técnicos e financeiros, mas que o empenhamento na actividade arqueológica era uma aposta que se pretendia manter e alargar, dentro do possível para dinamizar o património arqueológico concelhio.

Em suma, foi uma jornada enriquecedora, com uma postura de abordagem franca e descomplexada das questões que afectam a arqueologia, tanto ao nível da tutela como ao nível dos Municípios, registando-se um grau elevado de satisfação do público presente, no final dos dias.

João Tiago Tavares, com a colaboração de Maria José Almeida

27 de Outubro de 2008